

**HABEAS CORPUS Nº 515.536 - SP (2019/0168027-4)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : RICARDO CARRIJO NUNES**  
**ADVOGADO : RICARDO CARRIJO NUNES - SP322884**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : JOAO PAULO PLACA DE OLIVEIRA**

**DECISÃO**

**JOÃO PAULO PLACA DE OLIVEIRA** alega ser vítima de coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, que denegou o HC n. 0011063-61.2019.8.26.0000.

Busca-se, por meio deste *writ*, seja revogada a custódia preventiva do acusado, decretada pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

**O pedido de urgência não comporta acolhimento.**

O Juiz de primeiro grau, ao converter a prisão em flagrante do paciente em preventiva, salientou que "foram apreendidos **trinta tablets (31,60 Kg – trinta e um quilogramas e 60 centésimos de quilograma)** de substância sólida de cor amarelada envoltas em embalagem plástica preta, que conforme consta do Laudo Preliminar n. 534/2018-UTEC/DPG/SOD, o resultado foi positivo para a substância '**cocaína**'" (fl. 49, grifei).

O Tribunal de origem, ao manter a custódia do acusado, consignou que "realizada uma busca minuciosa no veículo, inclusive com auxílio de cães farejadores, **foram encontrados 30 (trinta) tablets de pasta base de cocaína na parte traseira do veículo, especificamente dentro das laterais das caixas de ar do porta-malas**" (fl. 87, grifei).

Tais elementos evidenciam, ao menos à primeira vista, a gravidade concreta do delito supostamente cometido e a possibilidade, em tese, de reiteração criminosa, a ensejar, por conseguinte, a necessidade de manutenção da custódia preventiva para a **garantia da ordem pública**.

À vista do exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau,

encarecendo o envio dos elementos indispensáveis à análise do alegado neste recurso, em especial de notícias pormenorizadas acerca do andamento do processo.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

